

INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 43 - Cruz das Almas (BA) - 16 de Junho de 2016 - www.apur.org.br

CATEGORIA DOCENTE DA UFRB CONQUISTA MUDANÇA NO REGIME DE TRABALHO



VITÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE DA UFRB! CARGA HORÁRIA DE AULA MÍNIMA DE 8 HORAS E MÁXIMA DE 12 HORAS

A Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) sempre encabeçou a luta pelo mínimo de 8 e máximo de 12 horas em sala de aula. Enfim essa luta está perto de ser total conquistada. No CONSUNI ocorrido no dia 9 deste mês, foi aprovada por unanimidade a nova carga horária destinada às aulas para os professores de dedicação exclusiva. As lutas da categoria e duas greves, dirigidas pela APUR, levaram os docentes à conquista da pauta histórica que favorece melhores condições de trabalho e ensino na UFRB. Esta medida entrará em vigência após a finalização da aprovação da nova resolução que ainda seguirá em discussão no próximo dia 20.

Apesar de ter um amparo na lei, e as discussões já virem sendo feitas desde a greve de 2012, só a agora a categoria docente poderá enfim comemorar esta vitória. Vale ressaltar a reivindicação pelo mínimo de oito horas para as atividades em sala de aula não é um capricho dos docentes da UFRB. Ela é uma luta legítima amparada por lei. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- Lei Nº 9.394/1996, que é quem define e regulariza o sistema de educação do Brasil de acordo ao que reza a Constituição, em seu artigo 57, "Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas".

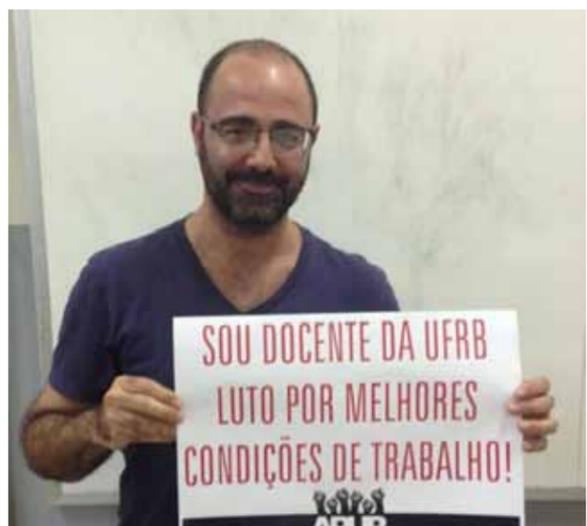
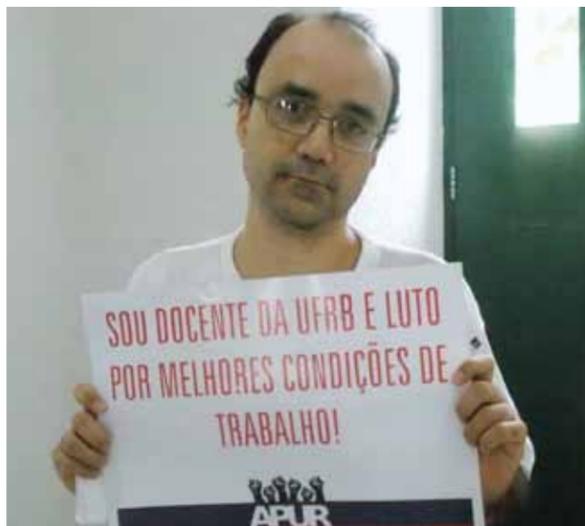
Assim como os docentes da UFRB, outras instituições também têm entrado nessa discussão. Em novembro de 2013, a diretoria do Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB) lançou um abaixo-assinado

pedindo que o Conselho Universitário aprovasse a modificação do Art. 119 do Regimento Interno da UFBA para estabelecer a carga horária mínima de 8 horas em sala de aula.

Um exemplo animador é o dos professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que conquistaram o limite máximo de 12 horas em sala de aula. De acordo às informações contidas no "Caderno de Avaliação das Lutas dos Docentes da UFPR", depois de reivindicarem tanto na greve interna em 2011 quanto na greve nacional de 2012, os docentes da UFPR conseguiram que o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovasse por unanimidade a alteração da Resolução 34/12, uma resolução interna que trata da carga horária em sala de aula.

Com a alteração, os docentes em regime de trabalho de 40 horas ou Dedicação Exclusiva (DE) passaram a ter o limite máximo de 12 horas em sala de aula, já os docentes com regime de 20 horas, o limite passou a ser de 10 horas. Ainda segundo a publicação, esta conquista representou um marco histórico, pois aconteceu em um momento em que o governo federal tentava firmar medidas que tinham o objetivo de intensificar o trabalho docente em detrimento às condições de trabalho e qualidade de ensino.

Mais do que nunca estamos vendo que não podemos ficar parados, temos que reivindicar todos e quaisquer direitos da categoria docente que porventura venham sendo atropelados. SÓ A LUTA GARANTE NOSSOS DIREITOS!



AULA PÚBLICA NO CSS DISCUTE HUMILHAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA



Profa. Marta Alfano/CCS

Na última terça-feira, 14 de junho, aconteceu no CCS mais uma aula pública voltada ao atual cenário político-social do país. A aula foi conduzida pela Profa. Jô Alves e teve como disparador o texto *Humilhação Social: Humilhação Política* de José Moura Gonçalves Filho. As discussões giraram em torno da questão que toda humilhação é necessariamente social e política, que embora possamos nos sentir humilhados enquanto sujeitos individuais, a humilhação é sofrimento ancestral e repetido, pois faz parte do processo de dominação sobre determinadas classes, grupos, categorias. E que no caso brasileiro esse sofrimento começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, permanecendo nos dias atuais.

Um ponto importante da discussão foi reconhecer que há processos de resistência na humilhação, embora estes nem sempre sejam eficazes na ruptura das relações de poder e dominação.

Outra provocação importante da aula foi refletir sobre que processos de resistência queremos e podemos construir diante do novo cenário que estamos vivendo.



Profa. Marta Alfano/CCS



Profa. Marta Alfano/CCS



Profa. Marta Alfano/CCS



Profa. Marta Alfano/CCS

PONTE PARA O PASSADO: 10 RETROCESSOS DO PROGRAMA DO PMDB

A CUT Rio destrinchou o documento base do governo golpista

CUT-RJ

1- Rever avanços sociais dos últimos 13 anos

O primeiro alvo dos golpistas tem sido os programas sociais que tiraram milhões da miséria. O Minha Casa Minha Vida já teve a faixa que atendia os mais pobres extinta. O Bolsa Família será reduzido no seu alcance. Ministérios extintos e órgãos públicos sucateados. O nosso judiciário, até o momento independente, segue em processo avançado de amarras.

2- Trocar a lei da partilha por concessão

O objetivo é diminuir a importância da Petrobrás. A Lei da Partilha define que a Petrobrás deve participar de qualquer consórcio que venha a explorar o nosso petróleo, sendo responsável por no mínimo 30% do consórcio. Substituindo pela concessão, empresas estrangeiras podem explorar sozinhas nossas riquezas energéticas, e todo o dinheiro gasto para criar a tecnologia necessária para a descoberta do petróleo e sua exploração nunca retornará ao povo brasileiro.

3- Fim das vinculações constitucionais da saúde e educação

De acordo com a lei orçamentária, uma porcentagem mínima do dinheiro brasileiro deve obrigatoriamente ser usado para saúde e educação. O fim dessa vinculação constitucional desobriga o governo a seguir pelo menos este percentual.

4- Privatizações no atacado

Já vem sendo articulado a venda de empresas estatais. Quem viveu a década de 90 lembra bem como funciona esta equação: Precarizam, sucateiam e por fim vendem por preço de banana. A soma final é negativa, em especial para os trabalhadores que são demitidos em massa.

5- Política externa alinhada com os EUA e afastamento da América Latina

A política externa brasileira foi marcada pela aproximação com países vizinhos, o fortalecimento do Mercosul e os acordos com países africanos. Nosso comércio com estas nações, além da China, foram responsáveis pelo crescimento rápido que o Brasil teve economicamente e que resultaram nas políticas de diminuição da desigualdade do nosso povo. Voltaremos a ser subservientes aos norte americanos.



6- Negociado sobre o legislativo

Já vem sendo articulado a venda de empresas estatais. Quem viveu a década de 90 lembra bem como funciona esta equação: Precarizam, sucateiam e por fim vendem por preço de banana. A soma final é negativa, em especial para os trabalhadores que são demitidos em massa.

7- Orçamento impositivo

Obriga o executivo a seguir religiosamente a aprovação dos gastos impostos pelo congresso sobre o governo. Isso significa que o orçamento fica preso e sem capacidade de se adaptar a realidade dos acontecimentos e flutuações. É como se ao sair de casa você precisasse comprar 4 limões e 4 laranjas, mas ao chegar ao mercado, percebesse a

necessidade de 6 limões, e somente 2 laranjas. O orçamento impositivo te obrigaria a comprar da primeira maneira, mesmo que de um lado não atenda a necessidade, e do outro gaste mais do que precise.

8- Fim valorização de salário mínimo

O salário mínimo há mais de 10 anos sobe acima da inflação, aumentando o poder de consumo principalmente daqueles que ganham menos. Com o congelamento dessa valorização, a inflação tende a corroer aos poucos a renda do brasileiro.

9- Reforma da previdência

Entre outras medidas, já está previsto o aumento da idade mínima para 65 anos para ambos os sexos, não havendo mais o tempo mínimo de contribuição que permitia pessoas mais jovens que começaram a trabalhar cedo, se aposentarem.

10- Terceirização para atividades fim

A terceirização da atividade fim precariza as relações de trabalho. A empresa perde uma série de obrigações que protegem o trabalhador. A taxa de acidentes e mortes entre trabalhadores terceirizados é muitas vezes superior aos contratados diretamente, por exemplo.

Disponível em: <http://cut.org.br/noticias/ponte-para-o-passado-10-retrocessos-do-programa-do-pmdb-9e0a/>

PROFESSOR MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA, PRESENTE



Referência histórica nas lutas em defesa da educação pública, dos direitos da classe trabalhadora e em defesa da memória e da justiça às vítimas de crimes da ditadura empresarial-militar, Márcio Antônio de Oliveira, docente aposentado do departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), faleceu na manhã desta segunda-feira (13) aos 76 anos em Juiz de Fora (MG). Márcio deixa a esposa, Maria Alice, e duas filhas e um filho. O sepultamento será nesta terça-feira (14), às 11h30, no Cemitério Parque da Saudade, em Juiz de Fora (MG). O velório acontece na capela 1.

Márcio foi presidente do ANDES-SN entre 1992 e 1994, secretário-geral do Sindicato Nacional nos períodos de 1986 a 1988 e de 2010 a 2014, e era 2º secretário da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora (ApesJF – Seção Sindical do ANDES-SN) desde 2014. O docente também compunha a diretoria eleita para estar à frente do Sindicato Nacional durante o próximo biênio (2016/2018).

“É uma perda muito grande. O Márcio foi um construtor ativo do ANDES-SN, desde sua fundação até os dias de hoje. Ele sempre teve muita disposição de lutar, e compunha inclusive a diretoria eleita do ANDES-SN para o biênio 2016-2018. Foi presidente do Sindicato Nacional de 1992 a 1994 e cumpriu outras funções na diretoria. Márcio foi fundamental para manter os princípios do ANDES-SN atuais e lembrados”, ressaltou Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN.

Em reportagem publicada no InformANDES de janeiro de 2016, Márcio relembrou algumas das lutas das quais participou pelo Sindicato Nacional ao longo das últimas décadas, como o processo da Assembleia Constituinte. “Foi um movimento muito profundo e detalhado e não tínhamos interesse apenas na educação, fizemos uma plataforma comum, junto às entidades e partidos políticos, para a Constituinte que abrangia educação, saúde, segurança, direitos dos cidadãos, etc. Tivemos uma vitória neste sentido na Constituinte de 1988, onde está prevista a gratuidade do ensino nas instituições oficiais”, afirmou.

Márcio Antônio de Oliveira também comentou, na entrevista, o processo de lutas contra o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), momento em que era presidente do ANDES-SN. “O embate foi muito forte com o governo e em 1991 protagonizamos uma greve que resultou na rejeição de um projeto que excluía docentes e servidores das IFE e diversas outras categorias de servidores público federais (SPF) dos reajustes propostos pelo governo”, contou. Para Oliveira, a sua gestão também foi marcada pela legitimação do direito de greve no serviço público e pelo início do processo de construção da carreira docente do professor federal.

Luta contra a ditadura empresarial-militar

Nos últimos anos, Márcio Antônio de Oliveira ajudou a organizar a Comissão da Verdade do ANDES-SN, que apurou os crimes cometidos pela ditadura empresarial-militar no âmbito da educação e lançará, durante o 61º Conad, o Caderno 27 do ANDES-SN “Luta por justiça e resgate da memória”. Defensor veemente da revisão da Lei da Anistia, o docente contou, em entrevista ao InformANDES de abril de 2014, como sofreu com a repressão.

Ironicamente, o professor que colocava o marxismo no programa de suas disciplinas na década de 70, assistidas de perto por agentes do regime, apenas foi considerado subversivo depois da promulgação da Lei da Anistia. “Eu dei aula e nunca deixei de falar certas coisas, pra não acharem que estava aprontando de forma secreta. Eu dava aula de marxismo, mas procurava sempre tratar como mais um tema. Eu não chamava os militares de golpistas - eu não era doido - mas falava que era um governo autoritário, com leis de exceção, não reconhecido por órgãos internacionais”, afirmou Oliveira.

Em 1981, durante uma visita do presidente João Baptista Figueiredo a Ouro Preto (MG), um militante foi preso pela acusação de carregar explosivos para tentar matar o ditador. Como ele seria julgado em Juiz de Fora, a ApesJF se reuniu para declarar solidariedade ao preso político. “Mas, ao invés escrevermos uma carta tranquila, usando as prerrogativas da Lei da Anistia, fizemos uma nota chamando a prisão de palhaçada. A ApesJF foi acusada de subversão, e eu, presidente da entidade, de chefe da subversão. Foram dois anos de acusação. Quando não conseguiam destruir a pessoa, iam pelas beiradas. Sua família ficava nervosa pela pressão do regime. Não tinham uma argumentação sólida e ainda assim fomos considerados culpados pelo primeiro juiz que julgou, só sendo absolvidos depois”, contou o docente.

Confira abaixo o comunicado da diretoria do ANDES-SN sobre o falecimento de Márcio.

Companheiros e Companheiras,

É com imensa tristeza que comunicamos o falecimento do companheiro Marcio Antonio de Oliveira ocorrido na manhã de hoje. Marcio Antonio de Oliveira era professor aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atualmente compunha a diretoria da ApesJF Seção Sindical e fazia parte da diretoria eleita para estar à frente do Sindicato Nacional durante o próximo biênio (2016/2018).

Foi presidente do ANDES-SN entre 1992/1994, secretário-geral de 1986/1988 e 2010/2012 e 2012/2014.

Perdemos um lutador, um mestre, um defensor da educação pública e dos direitos dos trabalhadores, um construtor do ANDES-Sindicato Nacional e um exemplo para todos nós.

Estará sempre presente em nossas lutas e em nossos corações.

O sepultamento será nesta terça-feira (14), às 11h30, no Cemitério Parque da Saudade, em Juiz de Fora (MG). O velório acontece na capela 1.

Professor Márcio Antonio de Oliveira, Presente!

Diretoria do ANDES-SN

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8176>

